

O livro organizado por Maria Emília Lino da Silva coloca-nos mais uma vez diante da infundável discussão sobre o estatuto científico da psicanálise. Mas não fica apenas nesta polêmica: um de seus maiores méritos está em colocar em pauta algumas das concepções a respeito do investigar psicanalítico e da forma como fazê-lo, deixando de lado a preocupação, a meu ver estéril, de se provar que a psicanálise é, sim, uma ciência e ponto final; ou, de modo diverso, de afirmar que ela não é uma ciência e desdenha da necessidade de sê-lo.

O compromisso do livro pareceu-me mais fecundo do que o de apenas levantar a poeira das polêmicas que quase já nos causam tédio. Não que polemizar não seja uma tarefa séria e de importância fundamental. Mas a maturidade do conjunto de artigos que o compõe aponta para a chegada de um momento em que a necessidade de se provar científica - na acepção das ciências da natureza - não se encontra no plano de ação da psicanálise. Não somente porque parece consenso que as ciências humanas não se obrigam a prestar contas na moeda corrente das ciências exatas ou da natureza, mas por um motivo maior e mais abrangente: a própria ciência como um todo já se viu obrigada a abandonar a velha dicotomia entre sujeito e objeto, como didaticamente mostra Maria Emília no artigo de sua autoria, que abre a coletânea. É assim que, hoje em dia, podemos ler com olhos críticos e até mesmo complacentes aquela série de trechos da obra de Freud em que ele lutava por legitimar seu método aos olhos vigilantes da ciência de plantão, recorrendo a modelos ora da biologia ora da física, bem como à história do avanço dos conhecimentos nestes campos, quando sentia necessidade de justificar o estágio inacabado em que se encontravam suas hipóteses sobre um conceito qualquer.

Métodos de Pesquisa em Psicanálise

Resenha de Maria Emília Lino da Silva (org.), Investição e Psicanálise. Campinas, Papyrus, 1993, 171 p.

O capítulo de Maria Emília introduz o que seria a maior especificidade no campo da investigação em psicanálise: o método da utilização do "si próprio", em que o mundo mental do pesquisador é não só parte legitimamente integrante do processo do conhecimento, mas, mais do que isso, local privilegiado para sua "fermentação", como diz a própria autora. E isto não só na investigação psicanalítica em situação de análise: sua proposta engloba a ampliação do modelo dedutivo da clínica para a pesquisa que pretende utilizar-se do método da psicanálise.

O capítulo escrito por Luiz Meyer se ocupa do método essencial ao esquema de dedução psicanalítico. Neste sentido, ele se diferencia dos demais, por abordar o método mesmo da investigação em psicanálise sem estendê-lo à prática da pesquisa acadêmica. Seu ponto de partida e seu alvo são, a um só tempo, a clínica psicanalítica. Meyer chama-nos a atenção para a espiral metodológica que se delineia na obtenção do conhecimento em psicanálise, quando, partindo-se do método para interpretar, chega-se à visão da interpretação como instrumento próprio ao método.

O capítulo de Renato Mezan trata de, preliminarmente, afastar a idéia de que a pesquisa em psicanálise coincide com aquilo que se admite em geral como pesquisa científica, isto é, com exigências tais como a reprodutibilidade e a previsibilidade. Sem insistir em apresentar a psicanálise como ciência apenas por fazê-lo, Mezan prefere partir da constatação incontestável de que "se produzem conhecimentos novos em psicanálise", por mais que os procedimentos da ciência empírica aí não se ajustem de forma alguma.

Neste ponto, seu capítulo nos transporta até o pensamento de Laplanche sobre a entrada da psicanálise na Universidade e das condições para que ela aí possa permanecer, cumprindo a exigência de prestar-se a ser instrumento e objeto da pesquisa que não se circunscreva tão somente à clínica. Daí o fato de o objeto privilegiado da abordagem de Laplanche não ser o "material clínico" nem o autor, mas sim o próprio texto psicanalítico, visto que os enunciados teóricos contêm "uma parcela de elaborações secundárias e camuflagens do ego".

A respeito da existência de "uma psicanálise" face à proliferação dos territórios teóricos que foram se formando em torno dos chamados "grandes" autores, Mezan considera que, mesmo em se tomando a diversidade reinante no vas-

to mundo das teorias, linhas ou sistemas psicanalíticos - aí incluída a confusão de línguas que grassa entre elas - os conceitos que se emitem são sempre "entidades psicanalíticas", tal como a matriz, a potência, o ângulo e o seno são considerados "entidades matemáticas". A cumulatividade seria, para o autor, o que aproxima a psicanálise das outras ciências, com o acréscimo, é verdade, de sua outra face, que é a "arte" de analisar.

Para exemplificar algumas das formas existentes no afã de se conhecer e de se produzir conhecimento em psicanálise, Mezan dissecou o método dedutivo de três autores: Freud, Kohut e Green. Mostra como Freud estabeleceu a ligação entre neurose obsessiva e erotismo anal, bem como provou a existência da fixação e pôde estender a aplicabilidade deste conceito a outros casos clínicos; como Kohut, ainda que influenciado pela tradição empirista, construiu suas hipóteses teóricas sem se afastar dos procedimentos propriamente analíticos; e, por fim, como Green se preocupou com as particularidades do paciente *borderline*, valendo-se de conceitos metapsicológicos de seus predecessores - especialmente Freud e Winnicott - para dar conta do problema em foco, e fazendo "ranger" tais conceitos.

O artigo de Melany Copit e Cecília Hirschzon, que procura situar a psicanálise como uma ciência pós-moderna, parte da definição winnicottina de que "pesquisar com psicanálise é brincar com idéias". Demonstrando até mesmo um certo repúdio às formas tradicionais e arcaicas assumidas

pela (im)postura acadêmica do saber, as autoras apresentam como incompatíveis a radicalidade desta proposta de Winnicott com aquele tipo de preocupação que indaga, por exemplo, "onde e quando tal autor disse aquilo". Deste modo, denuncia-se neste capítulo a esterilidade do conhecimento pelo conhecimento, que se esvazia quando não conectado à própria experiência do pesquisador.

Se este é o tom que as autoras procuram imprimir ao artigo, seu conteúdo, entretanto, é bem mais amplo. Parece-me que de importância fundamental é o pressuposto de que, na pesquisa em psicanálise, não se delinea a divisão entre o pensamento de um e de outro. Isto se demonstra através do recurso à Gradiva, onde Zoe Bertgang, percebendo os delírios de Norbert Hanold, aceita os papéis que ele lhe atribui. A partir da constatação desta riqueza da intersubjetividade na produção do conhecimento, o fio lógico do artigo defende - a exemplo de Souza Santos - uma outra ordem científica, na qual o conhecimento é o auto-conhecimento. Assim, o paradigma emergente da ciência tende a superar as distinções familiares: a ciência pós-moderna sabe que "nenhuma forma do conhecimento é, em si mesma, racional". A partir da tese da ciência pós-moderna, não há mais distinção entre psicanálise e ciência. Assume-se a ciência como compromisso de busca de uma vida humana mais decente, o que imputa uma ética própria ao saber em sua vinculação com a transformação.

Antonio Muniz de Resende, cujo artigo prima pela elegância da forma de enunciação do pensar, aponta para três possibilidades - seriam também três momentos? - na pesquisa do objeto psicanalítico: a exegese, a hermenêutica e a interpretação. Se o observador faz parte da observação, sua observação é, no entanto, progressiva, isto é, menor na biblioteca e maior no processo analítico. Trata-se de um alerta para que não se dilua nas águas da facilidade o enunciado que pressupõe o observador como participante, feito com a autoridade de quem valoriza a exegese e, com todo rigor, afirma que "o analista que não sabe ler livros talvez não saiba ler mentes".

Muniz não nega a diferença entre os paradigmas das ciências formais - em que a verdade é a experiência da coerência - e das ciências humanas - em que a verdade se faz na busca do consenso -, localizando a psicanálise, evidentemente, entre as últimas. Seu artigo, ao mesmo tempo em que aponta para um rigor quanto à preparação teórica do psicanalista, bem como para a reflexão acerca da dedução e da produção do conhecimento, deixa transparecer a paixão pela psicanálise com um forte tempero bioniano: "difícilmente se encontrarão coisas mais bonitas a pesquisar do que essas que a psicanálise nos revela", nos diz o autor.

Gilberto Safra faz, em seu capítulo, uma reflexão acerca do uso de material clínico na pesquisa psicanalítica, levantando aspectos tais como a validade do material levantado, a série de fenômenos impossíveis de serem registrados que ocorreu entre analista e analisando e a questão ética do sigilo, entre outras coisas. Além disso, o leitor pode seguir com o autor um exemplo de um trabalho prático de pesquisa clínica criteriosa.

Fábio Herrmann, em entrevista a Maria Emília Lino da Silva, trata de um ponto um tanto espinhoso, mas central no casamento entre psicanálise e universidade: a tese em psicanálise. Para ele, dois aspectos são necessários àquele que pretende fazer uma tese psicanalítica: inteligência e vida, isto é, "capacidade de simpatia pelo outro", o que me parece requisitos interessantíssimos cuja enunciação, feita com tamanha singeleza, não deixa de causar impacto. Outras questões fundamentais aparecem na entrevista: como ser "psicanalítico", isto é, fiel ao método da psicanálise, em uma pesquisa acadêmica? Ou quem deve orientar uma tese em psicanálise?

Finalmente, o artigo de Ryad Simon aborda um ponto de bastante interesse prático para a investigação universitária que envolve a psicanálise: a pesquisa que a combina com as técnicas projetivas. O autor propõe, a partir de sua experiência com o teste de Rorschach articulado à teoria kleiniana (sobre a compreensão das relações de objeto muito primitivas e as respostas cinestésicas no teste de Rorschach), o abandono do preconceito que se situa entre psicanalistas e pesquisadores das técnicas projetivas. Para ele, os psicanalistas poderiam testar suas hipóteses com métodos não exclusivamente psicanalíticos, enriquecendo seu campo de observação. Acrescento eu: a teoria psicanalítica poderia contribuir de modo inequivoco para o embasamento da leitura dos resultados dos testes, que são instrumentos muitas vezes necessários ao psicólogo, não somente em situações clínicas.

É tarefa difícil resenhar um livro de vários autores sem cair na tentação de comentar um a um os textos, e vê o leitor que não deixei de fazê-lo. Cabe agora, por fim, dizer que os capítulos deste livro, mesmo tendo como tema ou como ponto de partida ângulos, teorias e práticas diversas, não deixam de dialogar entre si. Especialmente aqueles em que a preocupação epistemológica mostrou-se mais evidente. Exemplo disso se verifica na continuidade entre o artigo de Maria Emília, que chamou a atenção para a decantada questão da dissolução da dualidade sujeito-objeto em ciência, e o de Melany Copit e Cecília Hirschzon, que tratou de situar a problemática epistemológica da psicanálise na linguagem da ciência pós-moderna. Ou ainda no artigo de Muniz, que cede espaço ao novo paradigma de ciência, mas mostra o valor da cautela...

Enfim, este livro vem a demonstrar que há psicanalistas brasileiros produzindo reflexões de qualidade sobre a epistemologia da psicanálise, dentro e fora da Universidade. Seria bom que esta preocupação também fizesse parte do universo de todos os nossos psicanalistas. Conhecer a forma como se deu historicamente e como continuamente se dá o conhecimento, em qualquer área que seja, faz parte da formação do profissional, por mais avesso à academia que ele seja. Mas podemos também cair na ingenuidade de acreditar que nos utilizamos de um saber que cai do céu sobre nossas cabeças, e que dele podemos nos apropriar impunemente, sem prejuízo para a qualidade de nossa prática...

Flávio Carvalho Ferraz é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.